

# Do mito do senhor benevolente à mulatização: o negro no pensamento estético-político de Oswald de Andrade

Mario Fernandes Rodrigues\*  
Roberto Alexandre do Carmo Said\*\*

## Resumo

Este trabalho busca problematizar o complexo pensamento desenvolvido por Oswald de Andrade sobre a questão negra. Para tanto, propõe a leitura crítica de um poema do livro **Pau-Brasil** (1925), de um discurso político proferido perante a Frente Negra Brasileira e de fragmentos selecionados de ensaios jornalísticos publicados nas décadas de 1930 e 1940. As leituras indicam que, ao construir uma visão triunfalista do passado colonial e escravocrata brasileiro após a Semana de Arte Moderna de 1922, o intelectual antecipou argumentos que seriam utilizados pelos defensores da democracia racial, falácia que viria a ser contestada pelas novas gerações de intelectuais descomprometidos com as estruturas tradicionais da nação.

Palavras-chave: Oswald de Andrade. Modernismo. Democracia racial. Ambivalência.

---

\* Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Graduado em Letras (UEMG, 2009); Mestre em Teoria Literária e Crítica da Cultura (UFSJ, 2014) e Doutorando em Teoria da Literatura e Literatura Comparada (UFMG). Professor Assistente de Estudos Culturais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8795-2028>.

\*\* Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduado em História (UFMG, 1996); Mestre em Teoria da Literatura (UFMG, 2002) e Doutor em Literatura Comparada (UFMG, 2006). Professor Associado de Teoria da Literatura da Universidade Federal de Minas Gerais.

# From the myth of mister benevolente to mulatization: the Black in Oswald De Andrade's aesthetic-political thought

## Abstract

This theoretical and bibliographical work seeks to problematize the complex thought developed by Oswald de Andrade on the black issue. Therefore, it proposes a critical reading of a poem from the book *Pau-Brasil* (1925), of a political speech given before the Brazilian Black Front and selected fragments of journalistic essays published in the 1930s and 1940s. The readings indicate that by constructing a triumphalist vision of the Brazilian colonial and slaveholding past after the Week of Modern Art in 1922, the intellectual anticipated arguments that would be used by defenders of racial democracy, a fallacy that would be challenged by new generations of intellectuals uncommitted to the traditional structures of the nation.

Keywords: Oswald de Andrade. Modernism. Racial democracy. Ambivalence.

Recebido em: 30/09/2021 // Aceito em: 27/11/2021.

I

É assim mesmo que se processa a história, ela toma sentido nas repercussões e na soma dos fatos, nas suas decisões proféticas, no seu final balanço ideológico e político [...] (ANDRADE, 1971, p. 97).

A aproximação do centenário da Semana de Arte Moderna de 1922 é um bom momento para reler os textos das insuperáveis conferências pronunciadas por Mário de Andrade no Rio de Janeiro em 1942 e por Oswald de Andrade na capital mineira em 1944. Nesses balanços é possível perceber uma preocupação comum: demarcar a importância histórica e política do modernismo como catalizador de uma nova consciência nacional. Para isso, os intelectuais tratam de estabelecer continuidades ideológicas entre acontecimentos do passado e do presente da nação. Em “O movimento modernista”, Mário de Andrade assinala que o espírito revolucionário romântico teria preparado nas Minas Gerais dos poetas árcades as bases da independência política, enquanto o espírito revolucionário moderno seria o responsável pelas mudanças estruturais ocorridas no Brasil com a Revolução de 1930. Por seu turno, Oswald de Andrade aponta em “O caminho percorrido” semelhanças entre as revoluções do ouro de Vila Rica e as revoluções do café de São Paulo. O escritor faz questão de ressaltar que, assim como os inconfidentes estabeleceram contatos subversivos com a Europa no final do século XVIII, os intelectuais oriundos da Semana de 22 também procederam dessa forma para “dar força e direção aos anseios subjetivos nacionais, autorizados agora pela primeira indústria, como o outro [Inconfidência Mineira] o fora pela primeira mineração [...]” (ANDRADE, 1971, p. 94).

Em sua contabilidade histórica, Oswald de Andrade demonstra contentamento, esbanjando otimismo com o futuro e apostando na unidade do campo democrático como forma de resistência ao autoritarismo presente nos panoramas nacional e internacional. Mário de Andrade, por sua vez, reveste sua conferência de severas autocríticas, evidenciando frustração com as escolhas políticas e queixando-se por não ter contribuído com o “melhoramento político-social do homem” (ANDRADE, 2002, p. 280). O desencanto com que Mário de Andrade encaminha a conferência pronunciada na Casa do Estudante do Brasil reverbera na relação do escritor com a sua obra. Na época, ele autocensura o conteúdo ideológico de um conto, sobre o qual deixou registrado em nota o desejo de não vê-lo publicado em livro que integraria as suas obras completas.<sup>1</sup> Tudo indica que Mário de Andrade se decepcionou com o projeto político construído sob a égide do espírito revolucionário moderno, materializado no contexto brasileiro com o regime varguista de 1930. De todo modo, o ceticismo manifestado no seu balanço destoa da positividade com que Oswald de Andrade lida com o legado do movimento modernista, por ocasião da Primeira Exposição de Arte Moderna ocorrida em Belo Horizonte, no ano de 1944.

A diferença de visão presente nas duas conferências, segundo indica Silviano Santiago (2006), decorre da forma com que cada um dos dois escritores-intelectuais reagiu às críticas das novas gerações à ausência de preocupação do modernismo

---

<sup>1</sup> Trata-se de Briga das pastoras, conto de nítido teor autobiográfico publicado na imprensa paulista em 1939 e na *Revista da Academia Paulista de Letras* em 1940. Esse texto foi incluído postumamente na *Obra imatura* (2009) do autor e a íntegra da nota redigida por Mário de Andrade diz o seguinte: “conto muito mais fraco que os demais. **Ainda pertence como espírito, a essa atitude de inteligência nacional que considero eminentemente cafajuste.** Além disso é muito “literário” por demais, embora a sua melhor *réussite* seja talvez a descrição da noite, justo a passagem que parecerá mais literária, mais cuidada. Talvez não deva ser incluído no livro. Mas como já foi publicado duas vezes, que fique, por aí, esta versão retocada. **Não se publica [...]**” (ANDRADE, 2009, p. 19, grifo nosso).

de 22 com questões sociais e políticas. Explica-nos o teórico que os novos, “defendendo um ideário estético engajado, cutucam para poder aparecer e dar o seu recado; os velhos reagem positivamente a esse ideário a fim de não serem varridos do mapa e excluídos sumariamente da História [...]” (SANTIAGO, 2006, p. 113). Nesse jogo de forças, Mário de Andrade, que, no seu balanço, colocou como padrão de aferição o ideal estético não alcançado pelos participantes da Semana de 22, responde melancolicamente; Oswald de Andrade, que escolhera como parâmetro os exemplos de atraso cultural superados pelos modernistas de São Paulo, aposta na atualidade de suas ideias, propondo soluções para os problemas daquela hora histórica, marcada no plano interno pela resistência à ditadura do Estado Novo e, no plano externo, pela nova era que se podia vislumbrar com os sinais de término da Segunda Guerra Mundial.

Naquela difícil conjuntura, Oswald de Andrade amplia seu olhar sobre o povo brasileiro, iniciado logo após a Semana de 22 com o “programa pau-brasil”. Se a descoberta do país fora objeto privilegiado das formulações estético-teóricas desenvolvidas naquele projeto, agora, o negro, elemento recalcado e estereotipado pelo primitivismo modernista, emerge como peça central do seu pensamento político em ensaios jornalísticos publicados na imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo. As ideias levadas ao espaço público convergiam com as teorias que interpretavam a mestiçagem da população brasileira como exemplo de política racial de sucesso. Ciente de que antecipara no primeiro tempo modernista, conforme disse na conferência de Belo Horizonte, a “sociologia nativa e saudosista do Sr. Gilberto Freyre”, Oswald de Andrade mostra-se afinado com a tese da democracia racial sistematizada pelo sociólogo pernambucano

em obras como **Casa-Grande & Senzala** (1933), **Sobrados e Mucambos** (1936), e, sobretudo, em **O mundo que o português criou** (1940).

Essa leitura foi arquitetada historicamente a partir da premissa de que o colonialismo português construía nos trópicos uma civilização multirracial livre de preconceitos e discriminações de origens étnicas; a chamada civilização lusotropical, que, conforme Oswald de Andrade defenderia em seus ensaios jornalísticos, tinha muito que ensinar às nações capitalistas avançadas onde ainda havia perseguição sistemática e/ou estatal contra as minorias étnico-raciais. Nos próximos tópicos deste trabalho, procuraremos problematizar o complexo pensamento desenvolvido pelo intelectual modernista sobre a questão negra. Para tanto, desenvolveremos a leitura crítica de um poema do livro **Pau-Brasil** (1925), de um discurso político e de fragmentos selecionados de ensaios jornalísticos publicados à época da conferência proferida em Belo Horizonte.

## II

Tudo [...] não passou de sarcasmo e pilhéria! Porque a vigilante construção de minha crítica revisora nunca usou a maquilagem da sisudez nem o guarda-roupa da profundidade. [...] Em 22 tínhamos paralelamente a nós Gilberto Freyre. E a autoridade crítica do Sr. Prudente de Moraes Neto garante que a brasilidade atual de nossa literatura decorreu de dois escritores – do Sr. Gilberto Freyre e de mim. O grave João Ribeiro já dissera: “O Sr. Oswald de Andrade, com o *Pau-Brasil*, marcou definitivamente uma época na poesia nacional” [...] (ANDRADE, 1971, p. 43-45).

Quando proferiu a conferência O caminho percorrido, em Belo Horizonte, Oswald de Andrade travava um intenso debate com a nova geração de intelectuais a fim de defender sua obra e o legado do movimento modernista. Num ensaio elaborado em resposta aos rodapés publicados por Antonio Candido, o intelectual reage diante do que ele considera ser uma leitura redutora da sua produção literária. O veterano das jornadas de 1922 ironiza e rebate os fundamentos do “jovem crítico”, acusando-o de ter ignorado aspectos importantes da sua trajetória intelectual. A tentativa de rebaixar o trabalho do “professor assistente”, antes de ditar a tônica do texto-resposta, é sintoma das profundas divergências havidas entre as gerações de intelectuais.<sup>2</sup> O que parece ter de fato incomodado Oswald de Andrade não foram os juízos de valor emitidos pelo representante da nova geração, e, sim, a abordagem metodológica, o procedimento classificatório e a “terminologia de *in-folio*” que só considerou na análise crítica a sua produção ficcional. “Ele não deu nenhuma atenção, no seu balanço, à minha obra poética nem a profecia do meu *Teatro*. Outros darão.” (ANDRADE, 1971, p. 45). Para Oswald de Andrade, o jovem crítico ignorara, por razões de método, textos fundamentais da sua lavra, como **O Rei da Vela** (1937) e **Pau-Brasil** (1925). Esta última, a coleção de poemas com que estreara na poesia nacional e que havia sido bem recebida por críticos como Prudente de Moraes Neto e João Ribeiro.

A queixa de Oswald de Andrade ganha relevo quando consideramos que o artista fundiu diferentes gêneros literários na sua coleção inaugural de poemas. O poeta se valeu de estratégias de escrita inovadoras, como o recorte, a colagem e a montagem, além de romper com o verso metrificado e a

---

<sup>2</sup> Para maior entendimento da questão, ver os seguintes ensaios: Estouro e libertação (1944), Oswald viajante (1956) e Digressão sentimental sobre Oswald de Andrade (1970), reunidos em Candido (1977).

musicalidade, elementos formais característicos do gênero lírico cultivado pelos poetas da República Velha. Para além das novidades estéticas que encampava, a coletânea buscava inserir o Brasil na história da modernidade ocidental, questão discutida posteriormente por críticos literários como Roberto Schwarz (1987; 2019), Luiz Costa Lima (1991) e Silviano Santiago (2006), intérpretes contemporâneos que produziram leituras poderosas e conflitantes da “poesia pau-brasil”.

O livro de poemas publicado em 1925 foi composto por sequências de textos organizadas em conformidade com critérios temáticos dispostos numa estrutura seriada (e narrativa). A recuperação do passado histórico brasileiro, um dos temas do trabalho, aparece inscrita na primeira série do livro, constituída pelas sequências História do Brasil, Poemas da colonização e São Martinho. A História do Brasil contada pelo poeta registra o empreendimento colonial lusitano dos seus primórdios até a independência política. O conjunto homogêneo retoma a textualidade produzida no período colonial por Pero Vaz de Caminha, Pero de Magalhães Gandavo, pelos religiosos, Padre Capuchinho Claude D’abbeville, Frei Vicente Salvador e Frei Manoel Calado, pelo bandeirante Fernão Dias Paes Leme, por um anônimo da cidade do Porto e pelo Príncipe Dom Pedro. As técnicas do recorte, da colagem e da intitulação conferem a quase totalidade dos textos “originais”, impregnados de eurocentrismo, uma pragmática de sentido nova, adequada à concepção de história imaginada pelo poeta. A exceção aparece quando se trata de realçar o ideal bandeirante. No poema intitulado Carta, por exemplo, o poeta elimina os conteúdos secundários do documento, mas abandona o procedimento crítico que rasurava o original. Com isso, a voz é dada diretamente ao sertanista Fernão



Dias Paes Leme, por meio da transcrição de uma missiva datada de 20 de julho de 1674, em que o personagem histórico presta informações às autoridades coloniais sobre a famosa bandeira que lideraria nos anos seguintes, em busca de esmeraldas pelos sertões, a mando da Coroa Portuguesa. Nos Poemas da colonização, o passado remoto dos descobrimentos e da posterior ocupação do território pelos colonizadores dá lugar ao contexto pós-colonial brasileiro. A busca pela riqueza dos metais levada a termo pelos bandeirantes na seção anterior é sucedida por novo ciclo de exploração econômica do território operada pela elite agrária nacional. O cotidiano da fazenda antiga repleta de escravizados é o contexto com o qual o artista vai trabalhar a composição de suas peças, conforme veremos a diante.

Na sequência de textos denominada São Martinho, ao focalizar o processo de transformação do mundo rural no contexto pós-abolicionista, o poeta aborda a modernização de uma das maiores propriedades cafeicultoras da República Velha: a Fazenda São Martinho. “A bandeira alvinegra de São Paulo/enrolada no Brasil” (ANDRADE, 2017, p. 50), que aparece despretensiosamente num dos poemas da seção, reivindica uma suposta liderança do estado no cenário nacional, ideia que no fundo atravessa toda a série de poemas. Noutras palavras: dos cronistas coloniais ao parque industrial erguido com o capital acumulado pela oligarquia cafeicultora paulista, a primeira série da coleção de poemas reconstrói numa perspectiva linear o “sentido da colonização” do país a partir do exemplo de progresso desse grupo oligárquico.

No aprofundamento das questões ideológicas, o que desponta na primeira série de poemas é um tema pouco discutido na fortuna crítica produzida sobre a “poesia pau-brasil”: trata-se

da visão paternalista com que o escritor encara o processo de integração do elemento negro à sociedade multirracial brasileira. Vejamos como as relações raciais aparecem numa peça dos Poemas da colonização, sequência de textos em que Oswald de Andrade antecipou argumentos característicos dos estudos sociológicos e antropológicos desenvolvidos nas décadas 1930 e 1940 que apontavam para a existência de um suposto modelo brasileiro de relações étnico-raciais calcado na tolerância e na cordialidade. Ao lado de breves textos que denunciam de modo impactante a violência contra o negro, como em “negro fugido” e “medo da senhora”, sobrevive nessa seção a premissa de que no Brasil imperara uma harmonia racial herdada do colonialismo português. Essa ideia encontra-se prenunciada no poema intitulado A transação, peça que retrata o sistema escravocrata como totalidade homogênea que minimiza antagonismos e hierarquias sociorraciais:

O fazendeiro criara filhos  
Escravos escravas  
Nos terreiros de pitangas e jabuticabas  
Mas um dia trocou  
O ouro da carne preta e musculosa  
As gabirobas e os coqueiros  
Os monjolos e os bois  
Por terras imaginárias  
Onde nasceria a lavoura verde do café.  
(ANDRADE, 2017, p. 43).

O poema discursivo, com seus versos irregulares, busca registrar em tom de fábula prosaica o ponto de transição-transação em que os grandes proprietários brasileiros migram para a lucrativa monocultura cafeeira, uma espécie de acumulação primitiva, necessária para garantir o desenvolvimento econômico aos moldes do progresso capitalista ocidental. No

entanto, a operação de troca entre propriedades presentes e futuras realizada pelo senhor de escravos parece condensar diferentes possibilidades (não excludentes) de leitura da peça. Pensemos nestas duas: a) a opção pelo regime da monocultura em detrimento de outras formas de ocupação do território conquistado pelos paulistas do passado (bandeirantes); b) a construção de uma imagem idealizada do sistema escravista que faria escola no pensamento social brasileiro. No primeiro caso nos deparamos com uma faceta da colonização interna, isto é, do modelo de expropriação desenvolvido pelas elites agrárias sob a guarida do Estado Nacional que consistia basicamente em substituir as técnicas arcaicas da agricultura de subsistência e a paisagem nativa de um ecossistema pelas técnicas pré-modernas e as paisagens artificiais de um agrossistema. No segundo caso, o íntimo relacionamento entre a família do fazendeiro e a escravaria sugere que no contexto da “fazenda antiga” edificada pelo patriarcado rural paulista havia tratamento humano e igualitário entre as partes. O poema não estabelece separação entre a casa-grande e a senzala; o clima de convivência cordial, conteúdo dos versos iniciais, alude ao mito do senhor benevolente, crença de que a escravidão brasileira fora uma instituição benigna, a ponto de os senhores “criarem” filhos e escravos no mesmo espaço de convivência afetiva, como se vê na imagem bucólica do pomar: “O fazendeiro criara filhos/Escravos escravas/Nos terreiros de pitangas e jabuticabas”.

O mito do senhor benevolente, conforme Abdias do Nascimento (2016) demonstrou em seus estudos sobre o genocídio da população negra, foi inventado no Brasil para disfarçar e dissimular as injustiças e violências do modo de produção escravista pós-colonial. No mesmo sentido, Emília

Viotti da Costa (2010) aponta que, enquanto a burguesia europeia valorizara o trabalho livre, a elite brasileira mantivera as estruturas econômicas e sociorraciais herdadas do antigo sistema colonial. Essa atitude conservadora conferiu ao Estado-nação no correr do século XIX a condição de anomalia no mundo ocidental governado pela razão, pela ética do trabalho, pelo mérito e pela ciência. Acerca do imaginário criado para dissimular a realidade pós-colonial, a historiadora aponta que:

[...] as afirmações sobre a suavidade do sistema escravista no Brasil ou sobre a atitude paternalista dos fazendeiros, os retratos do escravo fiel e do senhor benevolente, que acabaram fixando-se na literatura e na história, não passam de mitos forjados pela sociedade escravista para defesa de um sistema que julgava imprescindível. Essas idealizações persistiram mesmo depois do desaparecimento da instituição. As gerações posteriores à Abolição herdaram do passado a visão que a sociedade senhorial criou [...] (COSTA, 2010, p. 291).

A assertiva da historiadora decerto ilumina a presença na “poesia pau-brasil” dos mitos de conveniência inventados pela classe senhorial. Nessa perspectiva, a partir de agora interessamos perceber as ideias desenvolvidas por Oswald de Andrade nas décadas de 1930 e 1940 sobre a integração do povo negro à sociedade de classes. Antes de prosseguir, não custa lembrar que, na condição de herdeiro da visão de mundo construída pela antiga classe de proprietários, ao exultar o mito do senhor benevolente, o poeta valorizou o que escritores geralmente classificados de pré-modernos pela historiografia literária não deixaram de ridicularizar: o cinismo contido no mito do senhor benevolente. Nesse ponto, até mesmo Monteiro Lobato, escritor apontado como racista por intelectuais ligados ao movimento negro contemporâneo, optou por ironizar e denunciar esse mito

de conveniência. É o que se vê, por exemplo, em *Negrinha* (1920), conto no qual o narrador satiriza a bondade da classe senhorial ao traçar o perfil da personagem Dona Inácia, uma senhora de escravos, católica praticante, que após a Abolição conservou em sua propriedade uma criança órfã a quem submetia a castigos e sessões de torturas por puro deleite. Com o drama individual da criança negra desamparada, Monteiro Lobato entende que para os libertos, abandonados à própria sorte, a emancipação foi uma tragédia coletiva. Não que o escritor estivesse preocupado com a condição social dos negros emancipados. Pelo contrário, assim como grande parte da intelectualidade brasileira da época, o autor de *Urupês* (1918) acusava o seguimento afrodescendente de ser o responsável pelo atraso nacional e apostava na imigração como saída para os males causados ao país pela escravidão negro-africana.<sup>3</sup>

Ao tratar da questão do negro na literatura moderna brasileira, Silviano Santiago retoma a obra de Oswald de Andrade articulando, em dois artigos hoje reunidos em **Ora (direis) puxar conversa!** (2006), imagens e noções da “poesia pau-brasil” e dos ensaios de **Ponta de lança**. Nesses textos, tramados sob a mesma lógica argumentativa, o crítico aponta com justiça como Oswald destoa de seus colegas de geração ao reservar ao índio e ao negro um papel de destaque na contribuição da cultura brasileira em sua inserção na ordem mundial. Com a originalidade e a verve corrosiva de costume, o poeta preconizava a “mulatização” do planeta, a partir da lição histórica tupiniquim, esticando “uma linha até os nossos dias para nos fazer o elogio da tolerância étnica [...]” (SANTIAGO, 2006, p. 130).

---

<sup>3</sup> Uma interessante análise das ideias de cunho racista de Monteiro Lobato pode ser encontrada em Skidmore (1976).

Sem dúvida, nas décadas de 1930 e 1940, Oswald de Andrade ampliou a visão sobre o processo de integração do povo negro à sociedade patriarcal brasileira. As ideias defendidas pelo intelectual emergem em meio aos debates travados naquele momento em torno do legado do movimento modernista e na ação política contra o nazifascismo e a Ditadura Vargas. “A união nacional diante do inimigo é um primado!”, disse o intelectual modernista na conferência proferida em Belo Horizonte; emendando logo em seguida: “União! Sim! Mas que se abram todos os cárceres políticos do Brasil!” (ANDRADE, 1971, p. 99). Transparece nos textos selecionados um pensamento que integrava os negros à sociedade capitalista brasileira e que, todavia, mantinha o esquecimento e a dissimulação do passado colonial e escravocrata como contrapartida. A saída encontrada para a conciliação dos contrários foi a democracia racial, falácia que viria a ser rejeitada pelas novas gerações de intérpretes do Brasil, descomprometidas com as estruturas tradicionais e com as visões de mundo criadas pela antiga classe senhorial.

### III

A grande missão que vos compete, negros, é baluarte de conquistas práticas à vossa liberdade teórica. Vossa cor se dilui no infinito cortejo de humilhados dos três continentes. Ao vosso lado irmanados pela má alimentação e pela péssima moradia, pela doença e pela falta de escola, se organizam sob as bandeiras heterogêneas mas unidas da democracia, milhões de homens brancos, amarelos e índios. Formai com eles, pois vós sois os que trazeis na vossa carga de direitos um som de correntes arrastadas. Vindes do fundo lóbrego do Navio Negreiro. E hoje fazeis parte da população mesclada de outro navio de escravos (ANDRADE, 1976, p. 53).

Esse fragmento extraído de um discurso proferido por Oswald de Andrade em 1937 perante a Frente Negra Brasileira (FNB), movimento social fundado por cidadãos negros na capital paulista em 1931, sintetiza a visão do escritor sobre a questão racial. A agremiação se habilitara como partido político em 1936, e, na oportunidade que Oswald de Andrade discursou diante dos seus membros, a memória de Castro Alves era celebrada em evento solene realizado no Teatro Municipal de São Paulo, conforme registrou a edição de março de 1937 do mensário **A Voz da Raça**, órgão oficial da FNB. O que desponta na ação política do escritor, à época um importante quadro do Partido Comunista do Brasil (PCB), é a fundamentação ideológica mobilizada em prol da unidade do proletariado brasileiro. O discurso paternalista que impõe aos “negros” uma missão histórica a cumprir é o mesmo que trata a questão racial como um problema exclusivo de classe. O ponto de vista parece provir de orientações partidárias derivadas do marxismo ortodoxo, tendência de leitura na qual, segundo Lélia Gonzalez (2020) demonstrou em seus estudos, a categoria “raça” dilui-se “numa temática econômica (economicista, melhor dizendo), uma vez que a discriminação não passa de um instrumento manipulado pelo capitalista que visa, mediante a exploração das minorias raciais, dividir o operariado [...]” (GONZALEZ, 2020, p. 32). Não seria por meio dessa perspectiva de leitura que o “poeta pau-brasil” recupera a célebre imagem do Navio Negreiro criada pelo “poeta dos escravos” para promover a aliança dos trabalhadores de todas as “cores”? Por acaso a “população mesclada de outro navio de escravos” de que fala Oswald de Andrade perante os membros da FNB seria semelhante a que vemos inscrita na Imagem 1 com a célebre tela Operários (1933), de Tarsila do Amaral?

### Imagem 1 - Operários, 1933, de Tarsila do Amaral



Fonte: Operários (2021).

Sem aprofundarmos na segunda questão, tarefa que deixamos a cargo do leitor interessado, convém perceber que, assim como todos os partidos políticos, a FNB seria extinta naquele ano de 1937 pela Ditadura do Estado Novo e que, dois anos depois, a Segunda Guerra Mundial seria deflagrada na Europa. Oswald de Andrade reagiria aos regimes autoritários com instigantes ensaios jornalísticos em que se observa uma constante preocupação do intelectual com a questão negra no Brasil e no exterior. Em *Aqui foi o sul que venceu*, um desses ensaios divulgado na imprensa paulista em 1943 e posteriormente compilado na coletânea **Ponta de Lança** (1945), o escritor delinea o suposto modelo de integração étnica construído historicamente no Brasil ao comparar os efeitos da abolição do trabalho escravo no país e nos Estados Unidos. Ao responder a uma pergunta retórica sobre o que teria acontecido após a libertação dos escravizados norte-americanos, critica as políticas de segregação racial (Leis de Jim



Crow) dos Estados Unidos, afirmando que o burguês de *Wall Street* não deixa “o negro entrar em restaurante, nem andar de bonde, fecha-o no campo de concentração de Harlem e inventa uma forma inédita de exercerem os direitos do homem branco – a linchocracia [...]”. Em contrapartida, elogia a tolerância e a cordialidade do modelo nacional de relações raciais: “aqui [no Brasil] o negro labuta, ama e produz irmanado pelo suor que o branco de qualquer extremo da terra vem trazer à construção de uma pátria nova que sempre quis ser livre [...]” (ANDRADE, 1971, p. 49-50).

No raciocínio político de Oswald de Andrade, o negro dos Estados Unidos, depois de liberto, tornou-se proletário e cidadão de segunda categoria ao ser segregado em seu próprio país. O negro brasileiro, por sua vez, teria sido tratado com igualdade, com os seus direitos civis sendo respeitados numa sociedade alheia às barreiras de cor no mercado de trabalho. Antes de qualquer comentário, convém perceber que a geopolítica norte-americana dividida entre o Sul (agrário e feudal) e o Norte (urbano e industrial) que serve de parâmetro às comparações formuladas no ensaio jornalístico não se aplica à realidade brasileira, como o próprio Oswald de Andrade esclarece aos leitores. O esquema interpretativo serve tanto à defesa do harmonioso modelo brasileiro de convivência racial quanto à exigência das suas posições políticas, postas de modo explícito no texto por meio da perspectiva que ele denomina de “socialismo consciente”. No primeiro caso, recalcam-se as hierarquias da sociedade brasileira em nome de uma pretensa igualdade racial; no segundo, restringe a questão do negro ao economicismo característico da luta de classes. De todo modo, as contradições articulam-se no sentido da exaltação do modelo civilizatório nacional em detrimento do estadunidense:

[...] na própria América do Norte, temos uma faixa irmã – é a Luisiânia latina, católica e mestiça. Com essa podemos coincidir e nos entender. Não sem razão Gilberto Freyre volta para ela os seus amores e preferências. Mas ela representa o Sul, vencido pelo industrialismo setentrional que dá o tom, o relógio e o câmbio ao mundo moderno. Se o Brasil é também o Sul, isto é, a mesma expressão de cultura agrária e sentimental, torrão de boa vontade e pátria do *melting-pot*, aqui não sofremos ainda a interferência deformadora dos grandes *parvenus* da era da máquina. **Ao contrário, entre nós alastrou-se e criou raízes em coordenadas de superior inteligência humana, a característica civilização luso-tropical que nos ensinou a igualdade prática das raças e boa vontade como elo do trabalho, da cooperação e da vida. No continente americano, o Brasil é o Sul sensível e cordial que venceu [...]** (ANDRADE, 1971, p. 51, grifo nosso).

Algumas questões ficam postas se considerarmos que a construção da identidade nacional brasileira está em jogo e que o intelectual a elabora pelo contraste com a identidade nacional estadunidense. A Europa deixa de ser o parâmetro, o modelo civilizatório, mas as astúcias da razão ocidental continuam fornecendo os fundamentos da comparação. Destaquemos dois aspectos: a) nos Estados Unidos da América, a vitória da civilização do Norte significou não apenas a abolição do trabalho escravo, mas, sobretudo, a entrada do país no concerto das nações modernas e industrializadas; b) no Brasil, a vitória do Sul agrário e escravista causou descompasso e atraso econômico, mas permitiu a construção de uma sociedade moralmente superior à norte-americana. A visão do Brasil sensível e cordial que ensinou a “igualdade prática das raças” opera como poderoso mecanismo de esquecimento dos traumas individuais e coletivos originados na violência do sistema escravista nacional. Além disso, desconsidera a situação de abandono dos

negros brasileiros emancipados por intermédio de um processo de abolição tardio e incompleto que não promoveu medidas reparadoras e distributivas. Pelo contrário, a pátria do *melting-pot* – imagem síntese na argumentação de Oswald de Andrade – adaptou o modo de produção escravocrata às exigências da sociedade capitalista moderna, mantendo, dessa maneira, uma excludente divisão racial do trabalho que perdura até hoje.

Conforme Lélia Gonzalez (2020) argumentou a esse respeito, no processo de formação do mercado competitivo brasileiro, o racismo baseado nos traços fenotípicos dos indivíduos foi “um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições [de privilégio] na estrutura de classes e no sistema de estratificação social [...]” (GONZALEZ, 2020, p. 35). A teórica chama atenção para dois dados concretos do processo de integração do negro ao mercado de trabalho ocorrido entre as décadas de 1930 e 1950, momento em que a proletarianização do trabalhador afrodescendente se intensificou no Brasil. O primeiro é o fato de o indivíduo branco sem propriedade dos meios de produção ter sido beneficiado pela estrutura racializada do mercado de trabalho nacional, o que contradiz a ideia de “igualdade práticas das raças” expressa por Oswald de Andrade. O argumento é de que o preconceito e a discriminação contra o negro constituíram barreiras adicionais no ato de ocupação dos postos de trabalho. Para Lélia Gonzalez, que teorizou a respeito da conjuntura antecedente ao último período democrático (1988-2016), as correntes progressistas que ignoraram essa peculiaridade do processo de exclusão do povo negro acabaram reproduzindo as desigualdades raciais, posto que, ao reduzir a prática política à esfera socioeconômica,

a divisão racial do trabalho permaneceu intocada.<sup>4</sup> O segundo dado concreto apontado por Lélia Gonzalez diz respeito ao fato de que o projeto de dominação racial obteve tanto êxito no Brasil republicano porque contou com a participação ativa de indivíduos provenientes dos grupos dominados. Nesse ponto, a teórica se aproxima das ideias expressas por Oswald de Andrade, pelo menos no que se refere à crítica da tese desenvolvida por Oliveira Viana acerca da ideologia do branqueamento do povo brasileiro. Ambos apontam a figura do sociólogo como o modelo exemplar de intelectual proveniente das camadas racialmente dominadas que internalizou e reproduziu o discurso do grupo dominante. Enquanto Lélia Gonzalez considera que as ideias de Oliveira Viana representam, num nível mais sofisticado, o papel desempenhado por feitores e capitães-do-mato no passado escravista, Oswald de Andrade ironiza, com seu humor demolidor, dizendo que “sociólogo ariano é, entre nós, geralmente preto [...]” (ANDRADE, 1971, p. 52). Conforme veremos a seguir, o intelectual modernista expandiu as críticas contra o sociólogo que ignorou os “altos rumos da nacionalidade” indicados por mestiços iguais a ele, como Gonçalves Dias, Machado de Assis e Euclides da Cunha.

#### IV

A ideologia do branqueamento se constitui como pano de fundo dos discursos que exaltam o processo de miscigenação como expressão mais acabada de nossa democracia racial [...] (GONZALEZ, 2020, p. 33).

---

<sup>4</sup> A produção ensaística de Lélia Gonzalez foi produzida entre o final da década de 1970 e início da década de 1990. A intelectual articulou os conhecimentos da teoria crítica com o ativismo político. Nesse espaço de atuação, foi precursora dos debates contemporâneos sobre as políticas de redistribuição e de reconhecimento desenvolvidos por intelectuais como Nancy Fraser. Falecida em 1994, Lélia Gonzalez não chegou a tomar parte das políticas públicas de promoção da igualdade racial desenvolvidas pelo Estado brasileiro nas duas últimas décadas a partir das pressões exercidas pelos movimentos negros que ajudou a organizar.

Agora, que a cozinha da vitória funciona perfeitamente atirando à mesma lata de resíduos o grande fundador do Império Italiano, o *fuehrer* da raça imaculada e todas as galinhas verdes da cancerosa repercussão totalitária, cumpre dar uma espiada na manhã que vem surgindo [...] (ANDRADE, 1971, p. 50).

As ideias expressas por Oswald de Andrade nas décadas de 1930 e 1940 sobre a questão negra fazem parte de um amplo debate em torno da formação étnico-racial do povo brasileiro cujo pano de fundo é o tema da mestiçagem. Nesse aspecto, os argumentos do intelectual modernista devem ser contextualizados, mesmo que de forma breve, para que possamos captar a ambivalência do seu pensamento político e refletir sobre a atualidade das suas propostas. Se, de um lado, Oswald de Andrade imaginou um país livre de antagonismos sociorraciais, por outro, rebateu não apenas as ideias nazifascistas importadas pela corrente verde-amarela do modernismo paulista, mas também as ideologias discriminatórias formuladas por pensadores que desenvolveram releituras do racismo científico aplicadas à realidade nacional. Para ilustrar esse ponto, aprofundemos o caso de Oliveira Viana, teórico cujas ideias foram combatidas em O ariano Oliveira, ensaio publicado na imprensa carioca em 1939 e mais tarde reunido na coletânea **Telefonema** (1976). Recorrendo à polêmica envolvendo o ocultamento histórico da cor da pele de Machado de Assis<sup>5</sup> para atacar as contradições identitárias do “sociólogo ariano”, Oswald de Andrade anota:

[...] se fazem um crime a Machado de Assis não ter assumido publicamente o orgulho de sua mestiçagem, que diremos dum afro-nacional que repudia a sua boa

---

5 Para uma discussão mais ampla da polêmica, ver a leitura de Emilia Viotti da Costa (2010) sobre o ato de censura de Joaquim Nabuco, que, após a morte de Machado de Assis, condenou o crítico literário José Veríssimo por este ter homenageado o amigo “mulato” em texto publicado na imprensa. Para o moralista Joaquim Nabuco, Machado de Assis não iria gostar de ser chamado de outra coisa senão de “branco”.

brasilidade, a fim de desviar para o conquistador branco todos os benefícios advindos à formação do povo brasileiro. E desviar erradamente. [...] Toda a obra de Oliveira Viana é sulcada dessa dulçorosa adulação do branco, que tem feito a desgraça dos países coloniais e retirado a confiança necessária ao mestiço nacional no caminho de suas necessárias libertações [...] (ANDRADE, 1976, p. 55).

Na sequência da argumentação, o “poeta pau-brasil” qualifica o trabalho do intérprete que sistematizou a ideologia do branqueamento como “um dos grandes documentos da nossa subserviência intelectual [...]”, que, por exprimir preconceitos de senhores de escravos, “não pode orientar um estudo sério da nossa evolução étnica e social [...]” (ANDRADE, 1976, p. 55). Na década de 1920, momento de efervescência do modernismo paulista, Oliveira Viana sustentara em trabalhos como **Populações Meridionais no Brasil** (1920) e **Evolução do Povo Brasileiro** (1923) que a sociedade brasileira estava branqueando com o processo de mestiçagem herdado do sistema colonial português. Mais que isso, ao manipular dados censitários e confundir o biológico com o cultural, os estudos apontavam que os negros estavam desaparecendo e que em poucas gerações a mestiçagem tornaria a nação branca e livre da herança africana, considerada explicitamente como inferior genética e culturalmente.

O fenômeno, conceituado de “arianização” pelo teórico, tranquilizou as camadas dirigentes que antes mesmo da abolição da escravatura, preocupadas com o futuro étnico da nação, promoveram uma agressiva política imigratória voltada para a substituição do trabalho escravo e para o processo de branqueamento do povo brasileiro. Esse gesto concreto antecipou a inevitável mudança do modo de produção escravista que se tornara insustentável no país – o último da periferia do

capitalismo a abolir a escravidão –, mas não resolveu o principal problema que incomodava as camadas dirigentes: o que fazer com o enorme contingente negro da República nascida no bojo dos desdobramentos da abolição do trabalho servil? Uma vez que a ideologia do branqueamento apontava que o processo de mestiçagem originado no benevolente sistema colonial português resolveria a questão sem que houvesse conflito ou fosse necessário promover políticas de segregação como as norte-americanas, a branquitude fixou-se no imaginário coletivo como meta a ser alcançada no futuro. Com o projeto autoritário encampado pelos vitoriosos da Revolução de 1930, o ideal de branqueamento diluiu-se no tema da mestiçagem, passando a receber tratamento cuidadoso por parte dos intelectuais que deslocaram o foco do debate racial do campo da biologia para o da cultura. Alguns postulados da “solução nacional” (branqueamento) foram superados definitivamente com o descrédito do racismo científico e o avanço dos estudos da genética e da antropologia cultural. Nessa virada identitária, o cruzamento entre as matrizes africana, indígena e europeia passou a ser interpretado como característica “essencial” do país, como elemento constitutivo da identidade nacional que se afirmava como mestiça no cenário mundial (SKIDMORE, 1976; SCHWARCZ, 2012).

Destaca-se nesse contexto a obra de Gilberto Freyre, intelectual a quem Oswald de Andrade constantemente recorre em seus ensaios jornalísticos, a ponto de dizer, num dos últimos trabalhos que produziu – **A Marcha das Utopias** (1990) –, que, levando em consideração a honestidade, a riqueza e a convicção com que o sociólogo tratou a questão do negro brasileiro, “seria difícil lhe ter escapado qualquer coisa da alta contribuição africana na composição da nossa originalidade [...]” (ANDRADE, 1990,

p. 231). O sociólogo pernambucano propôs uma reinterpretação positiva do caráter nacional brasileiro, valorizando a mestiçagem<sup>6</sup> em consonância com muitos dos ideais estéticos e políticos defendidos pelos modernistas. Conforme assegura Antonio Candido (2006), os ensaios de interpretação da realidade brasileira produzidos por Gilberto Freyre nas décadas de 1930 e 1940 seguem as “mesmas tendências do Modernismo, a que deu por assim dizer coroamento sistemático, ao estudar com livre fantasia o papel do negro, do índio e do colonizador na formação de uma sociedade ajustada às condições do meio tropical e da economia latifundiária [...]” (CANDIDO, 2006, p. 131).

Oswald de Andrade, que antecipou com a “poesia pau-brasil” algumas das “tendências do Modernismo” seguidas pelo sociólogo pernambucano, encara o fenômeno da mestiçagem de forma bastante similar à interpretação do autor de **Casa-Grande & Senzala** (1933). Para esses intelectuais identificados com o ideológico senhorial, a mistura entre as raças, característica da civilização luso-tropicalista, poderia ensinar lições de coexistência, harmonia e tolerância às nações capitalistas avançadas onde ainda se praticavam políticas de segregação contra as minorias étnico-raciais. É esse o pano de fundo de *Sol da Meia-Noite*, talvez o mais instigante dos ensaios jornalísticos publicados por Oswald de Andrade na década de 1940, interpelando os regimes totalitários que tomaram conta da cena política mundial. Com o nazifascismo encurralado pelos

---

<sup>6</sup> Não podemos perder de vista que Thomas Skidmore (1976) demonstrou em seu estudo clássico que o objetivo da história social registrada por Gilberto Freyre não era promover a igualdade racial, mas sim “reforçar o ideal de branqueamento, mostrando de maneira vívida que a elite (primitivamente branca) adquirira preciosos traços culturais do íntimo contato com o africano (e com o índio, em menor escala) [...]” (SKIDMORE, 1976, p. 211). Também não podemos deixar de mencionar, com a ajuda de Lília Moritz Schwartz, que Gilberto Freyre conservou intocados em sua obra “os conceitos de superioridade e inferioridade, assim como não deixava de desprever e por vezes glamorizar a violência e o sadismo presentes durante o período escravista [...]” (SCHWARZ, 2012, p. 51). Além disso, Lélia Gonzalez (2020) apontou que a concepção de mestiçagem elaborada pelo sociólogo pernambucano escamoteou “a questão geral da discriminação e, em particular, a exploração sexual da mulher negra [...]” (GONZALEZ, 2020, p. 33).



aliados e a ditadura do Estado Novo começando a ruir, Oswald de Andrade historiciza o caráter germânico para em seguida apresentar uma ideia, embora relativizada com humor e muita ironia, visando a resolver os problemas criados pelo ideal de pureza ariano:

Perguntava-me a Revista *Diretrizes*, ultimamente, em enquete, que se devia fazer da Alemanha depois da guerra? Esfolar inteira? Comunizar? Entregar todinha aos noruegueses, aos gregos e aos russos? Aos filhos dos fuzilados, dos enforcados e dos bombardeados do mundo inteiro? Dá-la aos judeus? – Não! É preciso alfabetizar esse monstrengo. Há dentro dela um raio esquivo de luz. É o seu Humanismo! É o que vem de Goethe e através de Heine produz Thomas Mann. A Alemanha racista, purista e recordista precisa ser educada pelo nosso mulato, pelo chinês, pelo índio mais atrasado do Peru ou do México, pelo africano do Sudão. E precisa ser misturada de uma vez para sempre. Precisa ser desfeita no *melting-pot* do futuro. Precisa mulatizar-se [...] (ANDRADE, 1971, p. 62).

Para que possamos discutir a proposta de mulatização, configurada na imagem do caldeirão das raças como forma de se alcançar o humanismo, talvez seja pertinente retomar o que dissemos linhas acima sobre o debate havido entre o “poeta pau-brasil” e as novas gerações de intelectuais em torno do legado do movimento modernista. Como vimos, a queixa de Oswald de Andrade dirigia-se ao método de leitura utilizado pelo representante da nova geração na análise da sua obra ficcional. No entanto, por detrás da querela encontram-se questões mais substantivas, como a perda de prestígio da visão de mundo construída pela antiga classe senhorial e o conseqüente descompromisso dos moços com as estruturas tradicionais da sociedade brasileira. Essa questão pode ser apreendida naquela

característica do sistema intelectual brasileiro que Luiz Costa Lima (1981) chamou de auditividade.

A cultura auditiva, cujos principais expoentes modernistas foram Oswald de Andrade e Gilberto Freyre, é centrada na fala e na eloquência do discurso oral que visa mais convencer e seduzir o interlocutor do que provar a pertinência das proposições ou explicar o modo como essas serão postas em prática. No caso de Gilberto Freyre, o auditivo se manifesta na “profunda debilidade teórica que (des)orienta o seu trabalho e o submete – ao longo de sua produção, cada vez mais claramente – ao ideológico senhorial [...]” (LIMA, 1981, p. 17). Com Oswald de Andrade, a situação não é diferente, os seus ensaios tropicalistas conformam “matriarcados e revoluções gerenciais com uma facilidade e um poder de sedução que mantém a eficácia do *auditivo* [...]”. E, com esta, a permanência do antiteórico, da praticidade, da dominância do ideológico (LIMA, 1981, p. 19, grifo do autor).

Diante desse quadro, as perguntas que surgem da proposição estabelecida por Oswald de Andrade para solucionar os problemas causados pelo ideal de pureza ariano são as seguintes: como seria realizado o processo de mulatização da Alemanha? Quais seriam os procedimentos adotados para se alcançar o Humanismo? O intelectual apresenta o resultado imaginado, mas não estabelece as premissas e o encaminhamento lógico a ser seguido. Postas a prova, ideias extraordinárias como essa, construídas sob a eficácia da cultura auditiva, tendem a ser desmentidas ou desmascaradas quando confrontadas com discursos demonstrativos como o científico. Isso foi o que ocorreu com a tese da democracia racial na década de 1950, época em que a UNESCO patrocinou uma série de pesquisas científicas visando conhecer a tão propalada democracia racial brasileira. A ideia era replicar a solução em

outros lugares do mundo; no entanto, os resultados das pesquisas demonstraram que, ao contrário do que alegavam intelectuais como Gilberto Freyre e Oswald de Andrade, o Brasil era um país extremamente racista. Sob o véu da cordialidade oficializada, imperava no país um racismo disfarçado contra a população negra, discriminada em todos os setores da vida civil.

Os resultados mais significativos da realidade racial brasileira àquela época foram coligidos nas pesquisas desenvolvidas por Florestan Fernandes, destacado intelectual do campo das relações raciais que pertencera a primeira geração de alunos formados pela Universidade de São Paulo. A partir dos estudos pioneiros patrocinados pela UNESCO, o pesquisador fundou a corrente de pensamento conhecida como “escola de sociologia paulista”, núcleo responsável pelo primeiro grande abalo sofrido na interpretação racial construída no interior da tradição auditiva da cultura brasileira. O segundo abalo viria com a emergência dos movimentos negros na década de 1970, que passaram a formular interpretações coletivas da questão racial brasileira para além da variável econômica predominante nos estudos da escola paulista de sociologia. Esses movimentos ergueram as bases que sustentam o discurso dos movimentos contemporâneos que desde a redemocratização do país vêm reivindicando dos poderes instituídos a promoção de políticas de reparação histórica, de redistribuição e de reconhecimento. As minorias raciais, embaladas pela teorização de precursores como Abdias Nascimento (2016) e Lélia Gonzalez (2020), entre outros, têm procurado desenvolver seus próprios discursos, assim como os seus próprios instrumentos de leitura e compreensão da realidade racial, de releitura dos cânones histórico e literário e de questionamento do sistema intelectual brasileiro como um todo.

Dito isso, resta perceber que a ambivalência atravessa a questão do negro na obra de Oswald de Andrade, a ponto de suas propostas também dialogarem com outras formuladas por intelectuais negros contemporâneos, preocupados com a construção de categorias de pensamento alternativas que não se restrinjam apenas ao caso brasileiro. A abertura para a América Latina indicada pelo modernista em seus ensaios tropicalistas, sem dúvida, é o ponto que conecta o seu pensamento ao discurso dos grupos minoritários que, desde a última redemocratização do país, buscam romper com as práticas políticas responsáveis pelas históricas divisões sociorraciais da sociedade brasileira.

## Referências

ANDRADE, Mário de. O movimento modernista. *In*: ANDRADE, Mário de. **Aspectos da Literatura Brasileira**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2002.

ANDRADE, Mário de. **Obra imatura**. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

ANDRADE, Oswald de. O caminho percorrido. *In*: ANDRADE, Oswald de. **Ponta de lança**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971.

ANDRADE, Oswald de. Aqui foi o sul que venceu. *In*: ANDRADE, Oswald de. **Ponta de lança**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971.

ANDRADE, Oswald de. Sol da meia-noite. *In*: ANDRADE, Oswald de. **Ponta de lança**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971.

ANDRADE, Oswald de. Antes do marco-zero. *In*: ANDRADE, Oswald de. **Ponta de lança**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora

Civilização Brasileira, 1971.

ANDRADE, Oswald de. O Ariano Oliveira. *In*: ANDRADE, Oswald de. **Telefonema**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1976.

ANDRADE, Oswald de. Comemorando Castro Alves. *In*: ANDRADE, Oswald de. **Telefonema**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1976.

ANDRADE, Oswald de. **A utopia antropofágica**. São Paulo: Globo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

ANDRADE, Oswald de. Pau Brasil. *In*: ANDRADE, Oswald de. **Poesias reunidas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 2. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. São Paulo: Zahar, 2020.

LIMA, Luiz Costa. Da existência precária: o sistema intelectual no Brasil. *In*: COSTA, Luiz Costa. **Dispersa demanda: ensaios sobre Literatura e Teoria**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

LIMA, Luiz Costa. Oswald, poeta. *In*: COSTA, Luiz Costa. **Pensando nos trópicos: dispersa demanda II**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

OPERÁRIOS. *In*: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível

em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra1635/operarios>. Acesso em: 13 de dezembro de 2021. Verbete da Enciclopédia.

SANTIAGO, Silvano. Plataformas e testamentos. *In*: SANTIAGO, Silvano. **Ora (direis) puxar conversa!**: ensaios literários. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SANTIAGO, Silvano. Oswald de Andrade: elogio da tolerância racial. *In*: SANTIAGO, Silvano. **Ora (direis) puxar conversa!**: ensaios literários. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARZ, Roberto. A carroça, o bonde e o poeta modernista. *In*: SCHWARZ, Roberto. **Que horas são?** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARZ, Roberto. Que horas são? *In*: SCHWARZ, Roberto. **Seja como for**: entrevistas, retratos e documentos. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2019.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.